

Percepção dos agentes na formulação de políticas públicas para o setor florestal do Paraná

Perception of agents in the public policies formulation for the Paraná state forestry sector

DOI: 10.34140/bjbv5n3-014

Recebimento dos originais: 05/05/2023

Aceitação para publicação: 30/06/2023

Jamil Abdanur Júnior

Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Instituição: SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SETI PR
Av. Prof. Lothário Meissner, 350 - Jardim Botânico - 80210-170 - Curitiba – PR, Brasil
E-mail: jamil.abdanur@me.com

Éverton Hillig

Doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná – UFPR
Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida - CEP 84505-677 - Irati – PR, Brasil
E-mail: ehillig@unicentro.br

Gabriel de Magalhães Miranda

Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Viçosa – UFV
Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida - CEP 84505-677 - Irati – PR, Brasil
E-mail: gmiranda@unicentro.br

Andrea Nogueira Dias

Doutora em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Viçosa – UFV
Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida - CEP 84505-677 - Irati – PR, Brasil
E-mail: andias@unicentro.br

RESUMO

O setor florestal tem importância para o equilíbrio socio-econômico e ambiental do mundo e deve ser balizado por políticas públicas considerando que a cultura de florestas plantadas e a conservação de florestas naturais ocorre a longo prazo. A construção destas políticas pode ser concebida em gabinetes ou discutida com ampla participação social e dos agentes do setor. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar as percepções dos agentes dos ambientes produtivo e institucional do setor florestal, categorias representadas, para fins deste trabalho, pela Academia, pelo Governo e pelo Setor Produtivo, sobre o tema políticas públicas florestais no Estado do Paraná. Esta pesquisa, exploratória e descritiva, foi realizada por meio de consultas bibliográfica e documental, bem como uso de questionário, que se referem ao processo ou ciclo de construção de políticas públicas. O universo de pesquisa abrangeu os cursos de Engenharia Florestal ofertados no Estado do Paraná, empresas de base florestal e o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas constituído pela Assembleia Legislativa do Estado. Também foram consultadas as instituições influenciadoras, como o Instituto de Florestas do Paraná, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a EMATER, o IPARDES, a Casa Civil, a Secretaria de Estado da Fazenda, entre outros. Os resultados evidenciaram haver diferenças significativas de percepção nas questões: clareza, objetivos e resultados esperados; divulgação; participação efetiva dos segmentos interessados; governança; e transparência no processo. As percepções do Governo, em sua maioria foram melhores do que as do Setor Produtivo e da

Academia. A principal conclusão foi que, ainda que possa existir, a participação da Academia, do Setor Produtivo e de outros segmentos no desenvolvimento de políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná não estão sendo percebidos pelos seus representantes.

Palavras-chave: Gestão Pública, Política Florestal, Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The forest sector is important for the socio-economic and environmental balance of the world and must be guided by public policies considering that the culture of planted forests and the conservation of natural forests takes place in the long term. The policies construction can be conceived in offices or discussed with broad social and sector agent participation. Thus, the objective of this study was to evaluate the agent perceptions of the productive and institutional environments of the forestry sector, categories represented by the Academy, the Government and the Productive Sector, on the theme public forestry policies in the Paraná State. This exploratory and descriptive research was carried out through bibliographical and documentary consultations, as well as the use of a questionnaire, which refer to the process or cycle public policies construction. The research universe covered the Forestry Engineering courses offered in the State of Paraná, forest-based companies and the Working Group on Public Policies constituted by the State Legislative Assembly. Influential institutions were also consulted, such as the Forest Institute of Paraná, the Department of Agriculture and Supply, EMATER, IPARDES, the Civil House, the State Department of Finance, among others. The results showed that there are significant differences in perception of the questions: clarity, objectives and expected results; disclosure; effective participation of interested segments; governance; and transparency in the process. The perceptions of the Government, for the most part, were better than those of the Productive Sector and the Academy. The main conclusion was that, although it may exist, the participation of Academia, the Productive Sector and other segments in the development of public policies for the forestry sector in the State of Paraná is not being perceived by its representatives.

Keywords: Public Management, Forestry Policy, Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná é a quarta economia estadual do país, com um PIB, em 2016, na ordem de R\$ 402.339 bilhões e com uma população estimada pelo IBGE, para 1 de julho de 2017 de 11.320.892 habitantes correspondendo a aproximadamente 5% da população nacional (INSTITUTO..., 2020).

Com o histórico de mais de 50 anos de experiência em exploração de plantios florestais destacam Eisfeld e Nascimento (2015, p. 11) “o mercado paranaense é consolidado e muito diversificado, envolvendo a produção de lenha, carvão vegetal, madeira em tora, serrados, celulose, painéis, entre outros produtos derivados da madeira”.

A importância do setor florestal para o Estado do Paraná e para o país é indiscutível, quer quando analisada sob a ótica da economia, quer quando analisada sob os aspectos socioambientais. “A atividade apresenta alto potencial de expansão, com geração de renda e emprego, principalmente ao longo da sua cadeia produtiva de transformação da madeira, incrementando a obtenção líquida de divisas para o país” (MOREIRA et al., 2017, p. 93).

Organizações nacionais e internacionais, a exemplo Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO (2010), destacam a importância das florestas para o equilíbrio socioeconômico e

ambiental do mundo. A floresta é extremamente importante para a estabilidade social e para o desenvolvimento do mundo, exercendo funções essenciais, tais como, proteção ao clima, ao solo e à água e ainda, responsável pela geração de recursos econômicos e bem-estar para populações rurais e urbanas.

Há, afirma Heidemann (2010, p. 34) “distintas formas para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Esta construção varia substancialmente em função do estilo de gestão adotado pelos governantes e em função do perfil daqueles que irão ser responsáveis pelo processo. Os processos podem ser centralizados e concebidos em gabinetes por tecnocratas ou podem contar com ampla participação social, discutidas, por exemplo, em audiências públicas com representantes dos diversos segmentos da sociedade”.

Para o setor florestal, em especial, os principais segmentos da sociedade que devem participar do ciclo das políticas públicas se constituem nos agentes que fazem parte do ambiente produtivo e do ambiente institucional do setor. Segundo Armond Carvalho et al. (2005, p. 116), “é de extrema importância, para o Brasil, trilhar o caminho da racionalidade e pelo diálogo dos diferentes atores sociais articular as mudanças necessárias, para se definir as formas de uso do recurso florestal pela possibilidade técnica e científica, direcionado à geração de bens e serviço”.

Hora (2015) destaca a importância do público e do privado para o setor de florestas plantadas no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF), por meio do Decreto 3.420, de 20 de abril. De acordo com o MMA, seu objetivo é articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras. No programa, os projetos são concebidos e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil organizada.

Assim, não só a criação de políticas públicas assertivas que estimulem a implantação de florestas de espécies exóticas e nativas, mas também os planos de manejo para florestas naturais, podem estimular a produção das matérias-primas renováveis de modo sustentável (ARAÚJO et al., 2017).

Por outro lado, a formulação de políticas públicas para o setor florestal deve envolver as questões ambientais e também as questões geográficas, de modo a tornar efetiva a sua abrangência. Para Silva (2021), os estados que ainda não formaram órgãos fiscalizadores que atuem para fazer cumprir o Código Florestal, deixam de investir no setor florestal que disponibiliza um imenso recurso natural enquanto perdem com extrações ilegais. Rocha e Bacha (2019) concluíram que os responsáveis pelas políticas públicas florestais devem ter uma visão mais abrangente sobre sustentabilidade e que esta política não deve se orientar em problemas locais afetos aos municípios, mas sim em recuperar a base florestal de todo o Estado.

Portanto, de que forma este tema está sendo tratado, na percepção dos principais agentes dos ambientes produtivo e institucional, é o que este trabalho pretende apresentar e, para tanto, foram abordadas as questões relacionadas ao processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas do

Estado do Paraná.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS DE POLÍTICA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo política pode ser visto como “a arte de governar e realizar o bem público ou comum. Caracteriza-se nesta perspectiva como um ramo da ética que trata de um organismo social como uma totalidade e não apenas das pessoas como entidades individuais”, afirmam Heidemann e Salm (2010, p. 29).

Outra acepção, de cunho mais operacional, é a que a concebe como um conjunto de ações, práticas e diretrizes políticas que é regido por dispositivos legais e que se caracterizam como sendo funções de Estado, para a resolução de demandas da sociedade, quer específicas, quer gerais.

Alguns conceitos de políticas públicas são apresentados a seguir.

De acordo com SANTANA (1999, p. 214) “Toda política gerada pelo setor público pode ser considerada como uma política pública.

Políticas públicas podem ser entendidas, segundo (BUCCI, 2002, p. 241), “como programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados”.

Para Wu, et. al. (2014, p. 13), “As políticas públicas ocupam um lugar central no mundo dos gestores públicos, fornecendo-lhes potencialmente tanto a legitimidade quanto os recursos de que necessitam para executar suas tarefas em um alto nível de inteligência, sofisticação e competência”.

Segundo SCHENINI (2012, p.66) as políticas públicas podem ser conceituadas como “... uma atividade legalista, administrativa, estratégica e gerencial; uma ferramenta para os gestores trabalharem e se adequarem às regras estabelecidas”.

As políticas públicas para SILVA (2010, p. 65) “são outputs, resultantes dos processos políticos (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.”

Uma visão um pouco mais crítica sobre a adoção de políticas públicas na gestão de governo é formulada por François Châtelet (2009) em sua obra intitulada História das ideias políticas. Na percepção de Schenini (2012, p. 66), nesta obra de Châtelet “as políticas e ações do Estado são o resultado do confronto de força entre os grupos de pressão da sociedade”.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAIS

É possível perceber a mudança de contexto e, por conseguinte de conceitos de políticas públicas florestais ao longo dos anos; algumas destas definições com um viés mais legalista, outras destacando os aspectos de natureza administrativa e mais recentemente, enfatizando questões ambientais, com a utilização de expressões tais como “desenvolvimento sustentável”, “proteção da biodiversidade

biológica”. A participação social em todo o processo de políticas públicas, ou seja, desde a formulação até a avaliação, também é destacada nos textos mais recentes.

Isto pode ser observado em Schenini (2012, p. 67), quando afirma: “Lembremo-nos das conquistas históricas dos direitos sociais e políticos obtidos pela sociedade, bem como a participação na elaboração e implementação de políticas públicas, as quais podem ser exemplificadas na atualidade pelos Conselhos Gestores...”.

O aumento significativo do número de conselhos, nas esferas federal, estadual e municipal, de fato contribuiu para uma participação mais efetiva da sociedade neste processo de criação/formulação de políticas públicas, em que pese ser possível questionar se os mecanismos de participação utilizados de fato são legítimos.

Para SANTOS (1994, p. 7) “A política florestal constitui, em princípio, o conjunto de medidas legislativas e regulamentares tomadas pelas autoridades públicas para organizar a gestão das florestas e de produtos florestais no País. Pode ser entendida, ainda, como a maneira com que se define a gestão concreta das florestas sob a ação dos diversos interesses, sejam públicos ou privados (grupos de pressão e usuários). Deste ponto de vista, pode-se afirmar que existe sempre uma política florestal implícita, mesmo que não esteja formalizada”.

Destaque-se neste conceito a menção feita, pelo autor, aos grupos de pressão e usuários, públicos e privados, neste processo de definição de políticas florestais.

Esta tendência da participação popular no sentido de tentar influenciar as agências governamentais na definição de políticas públicas, no setor florestal, foi mencionada por SCHINDLER (1999), quando afirma que nos dias atuais aquilo que parecia apenas uma tendência já está, pelo menos em tese, consolidada. A participação de representantes da sociedade na definição de políticas públicas, nos diversos setores, pode-se dizer, é uma realidade.

Hoeflich, et al. (2007, p. 13) concluem, após destacarem os conceitos de Política Florestal, que: “Genericamente, pode-se conceituar política florestal como a expressão ou configuração do comportamento da uma coletividade face ao seu patrimônio florestal.”.

A Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO (1997, p. 69) conceitua a política florestal como sendo “Um quadro de princípios e objetivos (gerais e específicos) e normas, resultantes de processos interinstitucionais participativos de diálogo e consenso, que visa regular e orientar a proteção e conservação dos recursos florestais como parte de uma política nacional de desenvolvimento sustentável”.

Percebe-se aqui, mais uma vez, a ênfase que se dá à participação e ao diálogo neste processo, chamando a atenção para o fato de uma política florestal deve ser uma parte de uma política nacional de desenvolvimento.

Fialho (2007, p. 80) afirma que “Uma política florestal deve, também, estabelecer as bases para

um programa florestal e que um programa estadual florestal tem como principais objetivos, citando Castanho Filho (2003): a) promoção e implementação do desenvolvimento florestal sustentável; b) proteção da diversidade biológica associada aos ecossistemas florestais e c) compatibilização do desenvolvimento florestal sustentável com as políticas setoriais e extra-setoriais”.

A necessidade de se pensar em um desenvolvimento florestal sustentável, como pode ser observado, aparece com frequência nos conceitos mais recentes de política florestal, evidenciando que este é indubitavelmente um tema que preocupa a sociedade contemporânea.

2.3 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DA FORMULAÇÃO À AVALIAÇÃO

É possível encontrar várias descrições para as etapas que integram o que se chama “o processo de políticas públicas”. Há, afirma Heidemann (2010, p. 34) “distintas formas para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Esta construção varia substancialmente em função do estilo de gestão adotado pelos governantes e em função do perfil daqueles que irão ser responsáveis pelo processo. Os processos podem ser muito centralizados e concebidos em gabinetes por tecnocratas ou podem contar com ampla participação social, discutidas, por exemplo, em audiências públicas com representantes dos diversos segmentos da sociedade”.

O ciclo das políticas públicas para Heidemann (2010) possui pelo menos quatro etapas, sendo que a primeira diz respeito à tomada de decisões políticas com vistas à resolução de problemas sociais diagnosticados. Após formuladas estas precisam ser implementadas e, em seguida passa-se à a verificar se as chamadas partes interessadas numa política foram satisfeitas em suas demandas. A quarta etapa consiste na avaliação da política pública e serve para subsidiar a decisão pela continuidade, pelo aperfeiçoamento, pela reformulação ou pela sua descontinuidade.

Para Bryner (2010, p. 316), “o modelo tradicional do processo de formulação de políticas o descreve como um processo dinâmico”. Ainda que o processo de formulação de políticas públicas, segundo o autor, “não seja particularmente preciso” possui algumas peças em comum na sua elaboração. Esses elementos para Bryner (2010) estão presentes em todos os esforços, embora o processo de formulação seja diferente para os diversos tipos de políticas. As etapas para implantação das políticas para este autor são: a) início e definição; b) formulação e aprovação; c) implementação e d) impacto e avaliação das políticas escolhidas.

A FAO (2010, p. 17) em seu estudo, propõe um modelo quádruplo “como una secuencia circular de los siguientes acontecimientos: examen de la ordenación y la administración forestales □ elaboración y formulación de la política □ ejecución □ evaluación □ reformulación.”

Diferentemente do esquema sugerido pela FAO, com quatro fases distintas (esquema quádruplo), o apresentado por de HOEFLICH, et. al. (2007, adaptado de Howlet e Ramesh, 1995), sugere três fases, quais sejam: 1. Elaboração de políticas; 2. Aplicação das políticas e 3. Avaliação de políticas, sendo que

a primeira etapa, consiste na identificação dos temas; na formulação de políticas e na adoção de decisões.

Em que pese, haver diferenças na terminologia utilizada e até mesmo no número de fases ou etapas do processo, três etapas, pelo menos, estão presentes em praticamente todas as propostas e/ou estudos apresentados, quais sejam: formulação, implementação e avaliação.

A formulação de políticas públicas, para Wu et al. (2014, p. 52), “se refere ao processo de gerar um conjunto de escolhas políticas plausíveis para resolver problemas”. Os principais atores na formulação de políticas públicas para os autores são dirigentes políticos, legisladores, gestores públicos, conselhos e grupos de interesse (de associações profissionais a grupos da sociedade civil organizada). Os desafios na formulação de políticas públicas, podem ser classificados e sintetizados em políticos, técnicos e institucionais.

A implementação é a etapa do processo de criação em que as decisões de política pública (agenda) se traduzem em ações. Para Wu et al. (2014, p. 97) “é considerada uma das etapas mais difíceis e críticas no processo de políticas para os gestores públicos”. É a fase, continuam os estes mesmos autores “em que as vulnerabilidades relacionadas ao ambiente externo se tornarão visíveis”.

Em razão de sua complexidade são inúmeras as dificuldades encontradas nesta fase do processo de Políticas Públicas. Destacam-se para Schenini, (2012): a) a falta de planejamento no médio e longo prazo das ações públicas; b) os interesses conflitantes no uso dos recursos naturais e de uso comum; c) os interesses particulares ou setoriais representam obstáculos à concretização dos objetivos sociais e, d) a diversidade de culturas e de opções políticas entre os agentes públicos em atividade e a alternância de poder no comando da gestão – descontinuidade dos programas. O modelo de gestão adotado, o perfil do ou dos gestores e dos integrantes da equipe e a cultura organizacional certamente influenciarão na escolha das melhores estratégias.

A avaliação de políticas públicas para Wu et al. (2014, p. 118) “refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro”. A avaliação é comumente definida nos “manuais” como a atividade dedicada à coleta, análise, interpretação e comunicação de informações sobre o funcionamento e efetividade de políticas, programas e projetos (ROSSI, et al, 2004).

Os estudos sobre políticas públicas e mais especificamente sobre a avaliação destas são relativamente recentes. Para Faria (2005, p. 98) “existe uma diversidade de maneiras de se pensar a evolução do papel atribuído à pesquisa avaliativa, desde o boom da avaliação de políticas públicas nos Estados Unidos na década de 1960.” Uma destas maneiras de se pensar é a apresentada por Derlien (2001). O autor parte das três funções básicas atribuídas à avaliação, quais sejam, informação, realocação e legitimação e as utiliza para dividir em três fases a evolução das pesquisas avaliativas, dos anos 1960 aos anos de 1990.

Nos anos 60, a ênfase política sobre a avaliação de políticas públicas preponderou sobre a função informação. Nos anos 80 foi predominante a função de (re)alocação de recursos (alocação racional de recursos no processo orçamentário) e durante a década de 90, a função que predomina é a da legitimação (Derlien, 2001).

Com uma população cada vez maior, crises financeiras recorrentes, a pobreza generalizada e questões ambientais agravantes, como alterações climáticas – um dos problemas mais importantes de nossa época -, a necessidade de políticas públicas sólidas nunca foi tão grande, afirmam WU et al. (2014).

É de se esperar, cada vez mais, que o próximo estágio, seja a construção e consolidação, de políticas públicas integradas, com metas concorrentes e sobrepostas; não há o que fazer. (WU et al., 2014)

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é o Estado do Paraná, região sul do Brasil, que ocupa, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, uma área de 199.880 km². Tem como limites os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e também os países Argentina e Paraguai, além do Oceano Atlântico (INSTITUTO, 2020).

3.2 OBTENÇÃO DOS DADOS

Os dados primários foram obtidos a partir da aplicação de questionários junto ao corpo docente dos cursos de Engenharia Florestal ofertados no Estado do Paraná, a representantes de empresas do setor, filiadas à Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal – APRE e aos membros do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas constituído pela Assembleia Legislativa do Estado, com o objetivo de formular proposta de uma nova política pública para o setor florestal do Paraná.

Os dados secundários foram obtidos nas entidades e nos órgãos envolvidos que disponibilizaram acesso aos documentos ligados ao tema objeto deste trabalho. Alguns dados foram obtidos por e-mail, a exemplo do que ocorreu com a Secretaria de Estado da Fazenda e com alguns professores dos cursos de Engenharia Florestal das Instituições de Ensino Superior. Estes dados contribuíram para o entendimento da participação destes atores na formulação das políticas públicas no Estado.

Dentre as principais entidades consultadas para a obtenção dos dados secundários destacam-se: o Instituto de Florestas do Paraná, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, o EMATER, o IPARDES, a Casa Civil, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

3.3 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

O universo estatístico desta pesquisa é de 194 pessoas distribuídas nas três categorias, conforme segue:

a) Academia: para efeitos deste trabalho esta categoria é composta pelos 123 professores das cinco Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná que ofertam cursos de graduação em Engenharia Florestal, cujos nomes constavam no site das Instituições à época do levantamento.

b) Governo: para esta pesquisa foram considerados nesta categoria os representantes de entidades governamentais que participaram do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano Estadual de Cultivos Florestais no Estado do Paraná (PLANO..., 2016) a ser enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A indicação destes nomes ocorreu, via ofício, em função de um pedido formulado pela Assembleia Legislativa do Estado.

c) Setor Produtivo: Neste estudo, este grupo, está representado por empresas associadas à Associação Paranaense de Empresas da Base Florestal – APRE. Esta Associação é um órgão de representação da iniciativa privada e desenvolvimento e conta com 51 empresas associadas.

Esta escolha foi feita, fundamentalmente, em função da representatividade destas empresas no setor florestal paranaense. “As associadas à APRE representam 60% da área de floresta plantada no Paraná, segmento que é responsável por 7,8% do Produto Interno Bruto do Estado e pela geração de renda para mais de 500 mil pessoas do setor florestal com atuação no Estado do Paraná.” (APRE, 2016).

Na Tabela 1 pode ser observado o universo estatístico de cada categoria e o número de respostas obtidas, com seus respectivos percentuais.

Tabela 1 - Universo estatístico e respostas obtidas.

| Categorias | Universo | Respostas obtidas | % |
|---|-----------------|--------------------------|--------------|
| 1. Academia | 123 | 30 | 24,39 |
| 2. Governo | 20 | 14 | 70,00 |
| 3. Setor Produtivo | 51 | 16 | 31,37 |
| Total (Academia + Governo + Setor Produtivo) | 194 | 60 | 30,93 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.4 COLETA DE DADOS: ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O instrumento de coleta de dados utilizado foi composto de 12 questões, em escala intervalar de 10 pontos, sendo 1 para pior nível de percepção possível e 9 para melhor nível de percepção possível, além do N, que significa que o entrevistado não sabe, não conhece ou não tem informação a respeito do item apresentado.

O questionário visou, prioritariamente, a obtenção de informações relativas à percepção dos agentes acerca da qualidade das políticas públicas existentes; da qualidade do processo de formulação das políticas públicas (desde a formulação até a avaliação), ou seja, aquelas que avaliam a percepção dos agentes de políticas públicas em relação ao processo ou ciclo, em especial, no que se refere à formulação,

à implementação e ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná.

O trabalho de aplicação do questionário, foi desenvolvido no período compreendido entre novembro de 2016 e maio de 2017. Estes questionários foram encaminhados por e-mail, pela plataforma “Formulários Google” e/ou entregues em visita às entidades.

Juntamente com o questionário foram enviados um formulário para a coleta de dados sobre o perfil do entrevistado e uma carta com o intuito de apresentar o tema e solicitar a indispensável colaboração dos entrevistados.

Na figura 1 é apresentado um recorte do questionário com as escalas intervalares originais.

Figura 1 – Recorte do questionário com as escalas originais.

| Questões de interesse | | O meu nível de percepção atual é: | | | | | | | | | |
|-----------------------|---|-----------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | As políticas públicas para o setor florestal do Paraná apresentam, de forma clara e objetiva, as metas, os objetivos e os resultados esperados. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | N |

Para facilitar a análise, a escala intervalar de 10 pontos foi agrupada em quatro níveis, conforme apresentado na Figura 2.

Este agrupamento foi utilizado para a elaboração da tabela de frequências, facilitando assim a análise dos dados.

Figura 2 – Agrupamento das escalas intervalares

| Baixo | | | Médio | | | Alto | | | Não sabe... |
|-------|---|---|-------|---|---|------|---|---|-------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | N |

Figura 2 – Agrupamento das escalas intervalares.

A seguir, as questões cujos resultados são apresentados e analisados neste trabalho:

P1. As políticas públicas para o setor florestal do Paraná apresentam, de forma clara e objetiva, as metas, os objetivos e os resultados esperados.

P2. As políticas públicas para o setor florestal são divulgadas nos principais meios de comunicação do Estado e nos sites oficiais dos órgãos que se relacionam com o tema.

P3. Há mecanismos de participação efetiva (apresentação de propostas, debates e discussões) dos diversos segmentos (mercado; entidades representativas do setor florestal, tais como, associações, sindicatos, entidades de classe; universidades/faculdades, entidades públicas e sociedade em geral) nos processos de formulação, de implementação e de monitoramento e avaliação das políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná.

P4. Questões relacionadas à Governança do Setor (Ética Profissional, Transparência Governamental, Relações e Comunicação interna, Relações Externas, Gestão Participativa e parcerias com a sociedade) normalmente estão presentes nas políticas públicas formuladas para o setor florestal no Estado do Paraná.

P5. Há transparência nas discussões e no processo de implementação das políticas públicas para o setor florestal no Paraná, por parte dos órgãos gestores de recursos florestais.

P6. Os instrumentos de implementação e de execução da política florestal no Estado do Paraná são eficientes, eficazes e possuem efetividade.

P7. Há integração entre o Planejamento Plurianual do Estado e as políticas públicas implementadas para o setor florestal.

P8. Os processos de avaliação atualmente utilizados tornam perceptíveis os impactos das políticas públicas escolhidas e implementadas.

P9. É possível com os instrumentos de avaliação atualmente utilizados avaliar a qualidade das políticas públicas implementadas.

P10. Os modelos de prestação de contas (Accountability) estão em conformidade com as necessidades do setor.

P11. É garantida a independência (autonomia) aos órgãos responsáveis pela elaboração de políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná, para exercerem suas responsabilidades.

P12. O Paraná possui políticas públicas para o setor florestal, eficientes e eficazes.

3.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados coletados foram inicialmente resumidos por meio de técnicas de análise descritiva, como tabelas de frequência e medidas resumo, como média, desvio padrão e coeficiente de variação.

Tendo em vista o tamanho das amostras, que nas três categorias, tiveram uma dimensão não superior a 30 (trinta), optou-se pela realização de teste não paramétrico.

Para comparação das categorias de entrevistados, foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal Wallis, complementado pelo teste de comparações múltiplas das diferenças mínimas significativas (dms). O nível de significância (α) empregado foi de 95% (erro máximo admitido de 5%).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Das 194 pessoas que receberam os questionários, 60 participaram da pesquisa. Nem todos, contudo, responderam a todas as questões que caracterizam o perfil do entrevistado. Alguns dados sobre o perfil dos entrevistados são apresentados a seguir, de forma resumida:

a) Dos 55 entrevistados que responderam a esta questão, 61,8% possui no mínimo 10 anos de

experiência profissional. No setor produtivo, 62,5% dos entrevistados possuem acima de 20 anos de experiência profissional.

b) Em relação à titulação: 93,1% dos docentes possuem doutorado; 66,7% dos representantes do Governo possuem pós-graduação *Stricto sensu* (41,7% mestres e 25% doutores);

c) Manejo florestal e Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais foram citadas como as principais áreas de atuação dos docentes nas Instituições de Ensino Superior, ambas com 28,6% dos entrevistados. Em seguida, as áreas de Silvicultura e Economia e Política Florestal, com 14,3% cada.

d) Os representantes do Setor Produtivo informaram, em relação ao setor em que atuam: 31,3% na Produção de madeira em toras; 18,8% em Consultoria; 18,8% com Painéis de Madeira; 12,5% com Prestação de Serviços; 6,2% com Madeira Serrada; 6,2% com Fornecimento de equipamentos e 6,2% com Produção de mudas florestais.

e) Dentre os representantes do Governo, 25% nunca trabalharam com o tema (políticas públicas); 41,7% tem até 5 anos de experiência com o tema; 8,3% possuem de 5 a 10 anos; 16,7% de 10 a 20 anos e 8,3% acima de 20 anos de experiência com o tema.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA

Para a Academia e para o Setor Produtivo as metas, os objetivos e os resultados esperados não são apresentados de forma clara e objetiva, pois 83,4% dos representantes da Academia e 68,7% dos representantes do Setor Produtivo atribuíram nota inferior a 7 nesta questão. Dos representantes do Setor Produtivo, 25% não souberam responder ou não têm informação acerca do tema.

Em relação à divulgação das políticas públicas nos meios de comunicação e sites oficiais, 53,3% dos representantes da academia atribuíram nota inferior a 4. Mais de 85% dos representantes do Governo e do Setor Produtivo atribuíram nota inferior a 7.

A Academia é a que apresenta maior insatisfação em relação à participação efetiva nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Parece haver satisfação por parte dos representantes do Governo, em relação a este tema uma vez que 64,3% destes, atribuíram notas superiores a 7. Havia uma expectativa de que isto ocorresse pois todos os representantes desta categoria participam de uma comissão constituída especificamente para apresentar uma nova proposta de política pública para o setor florestal para o Estado do Paraná.

Quando questionados sobre o processo de Governança, a Academia e o Setor Produtivo apresentam percentuais significativos de notas inferiores a 7. A Academia com 86,6% e o Setor Produtivo com 75%. 50% das notas atribuídas pelo Setor Produtivo concentram-se nos níveis 1, 2 e 3, ou seja, baixo nível de satisfação sobre o tema. Já no Governo, 50% dos entrevistados atribuíram notas iguais ou superiores a 7.

Em relação à transparência nas discussões e no processo de implementação, 83,3% dos

representantes da Academia atribuíram notas inferiores a 7 e 33,3% atribuíram notas 1, 2 ou 3. O Setor Produtivo, neste quesito, demonstrou ainda maior insatisfação, pois 50% destes atribuíram notas 1, 2 ou 3.

Estes resultados vêm ao encontro do que já evidenciou Galiciolli (2011): “Com relação à responsabilidade do Paraná enquanto responsável pela gestão de florestas, conclui-se que este não estabeleceu um quadro transparente na implementação de seus instrumentos de política florestal, não apresentando informações, não permite a autonomia e nem possui efetivo acompanhamento de avaliação de desempenho de seus órgãos gestores”. Ainda em seu trabalho sobre Governança Florestal o referido autor afirma que “Com relação à caracterização da estrutura jurídica e regulatória do setor florestal no Paraná conclui-se que a legislação florestal no Estado do Paraná não é transparente em seu conteúdo e em sua operacionalização”.

Para os representantes da Academia e do Setor Produtivo, os instrumentos de implementação e de execução da política florestal no Estado do Paraná não são eficientes, eficazes e tampouco possuem efetividade, pois 53,3% da categoria Academia e 43,8% da categoria Setor Produtivo atribuíram notas 1, 2 ou 3 a este quesito.

Destaque-se o percentual de representantes das categorias Academia e Setor Produtivo (acima de 40%) que não sabem, não conhecem ou não tem informação acerca da integração entre Planejamento Plurianual e as Políticas Públicas. Por outro lado, os representantes do Governo que, em tese, conhecem mais sobre este processo, avaliaram este quesito de forma negativa, sendo que 42,9% destes atribuíram notas 1, 2 ou 3.

A percepção dos representantes das três categorias é ruim em relação aos impactos das políticas públicas escolhidas e implementadas a partir dos processos de avaliação atualmente utilizados. 40% dos representantes da Academia, 42,9% dos representantes do Governo e 56,2% dos representantes do Setor Produtivo, atribuíram notas iguais ou inferiores a 3.

Quando questionados se os instrumentos de avaliação atuais permitem avaliar a qualidade das políticas públicas também fica evidenciado que a percepção é ruim em relação a este quesito. Apenas 7,1% dos representantes do Governo atribuíram notas iguais ou superiores a 7. Nas outras duas categorias, todas as notas foram inferiores ou iguais a 6. 33% dos representantes da Academia e 25% dos representantes do Setor produtivo não sabem, não conhecem ou não tem informação a respeito.

Quando perguntados se os modelos de prestação de contas (Accountability) estão em conformidade com as necessidades do setor, informaram “não saber, não conhecer ou não ter informação”, 63,3% da Academia, 50% do Governo e 56,2% do Setor Produtivo. Nenhuma nota igual ou superior a 7 foi atribuída a esta questão, em nenhuma das categorias.

Em relação à independência (autonomia) dos órgãos responsáveis pela elaboração das políticas públicas para exercerem suas responsabilidades, os representantes do Governo parecem estar satisfeitos,

tendo em vista que 57,1% atribuíram notas 7, 8 ou 9. Por outro lado, 43,7% dos representantes da categoria Setor Produtivo informaram não saber, não conhecer ou não ter informação. Na Academia foram 33,3% que não assinalaram esta resposta; o mesmo percentual obtido para as notas 4, 5 e 6.

A percepção dos entrevistados quando perguntados se o Paraná possui políticas públicas eficientes e eficazes, para o setor florestal, os resultados foram os seguintes: dos representantes da Academia, 46,7% atribuíram notas 1, 2 ou 3 a esta questão, demonstrando insatisfação com a qualidade das políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná; dos representantes do Governo, 71,4% atribuíram notas 4, 5 ou 6 e 87,6% dos representantes do Setor Produtivo atribuíram notas inferiores a 7, sendo 56,3% para as notas 1, 2 ou 3 e 31,3% para as notas 4, 5 ou 6.

Na Tabela 2 são apresentadas as estatísticas (frequências, médias, desvios-padrão e coeficientes de variação) das 12 questões, na ordem em que foram formuladas, com base no número de questionários respondidos referentes às três categorias.

É possível perceber que o número de respostas varia para cada questão. Nem todos os entrevistados de cada categoria responderam a todas as questões. Analisados os coeficientes de variação é possível perceber que as percepções dos representantes do Governo são mais homogêneas do que as das demais categorias. De qualquer forma, dentro de cada grupo, percebe-se que a distribuição das médias foi homogênea.

Consideradas apenas as médias, e há que se levar em conta as distorções que esta análise possa trazer, a percepção dos representantes do Governo é melhor do que as percepções das duas outras categorias e que as médias dos representantes da Academia são maiores do que as do Setor Produtivo em 8 das 12 questões.

O fato, de os representantes do Governo terem atribuído notas maiores do que as outras duas categorias, foi de certa forma esperado, pois, muitos integraram um Grupo de Trabalho que trabalhou com este tema. Isto, aliado ao fato de que o Governo também é o responsável, senão o principal, em última análise pela formulação, pela implementação e pela avaliação das políticas públicas era de supor que seriam menos críticos, pelo menos na maioria dos quesitos.

Tabela 2 – Estatísticas das 12 questões com base no número de questionários respondidos

| Perguntas | Academia | | | | Governo | | | | Setor Produtivo | | | |
|--|----------|-----|------|------|---------|-----|------|------|-----------------|-----|------|------|
| | n | x | S | CV | n | x | S | CV | n | x | S | CV |
| P1. Metas, objetivos e resultados esperados de forma clara e objetiva. | 27 | 4,1 | 1,90 | 46,7 | 13 | 5,6 | 1,85 | 32,9 | 12 | 4,3 | 2,14 | 50,4 |
| P2. Divulgação nos meios de comunicação e sites oficiais. | 29 | 3,7 | 2,02 | 54,7 | 13 | 4,6 | 1,50 | 32,5 | 15 | 3,6 | 1,88 | 52,2 |
| P3. Participação efetiva nos processos de formulação, implementação e avaliação. | 30 | 4,1 | 1,89 | 46,4 | 14 | 6,8 | 1,97 | 29,0 | 15 | 5,1 | 2,56 | 49,9 |
| P4. Questões relacionadas à Governança do Setor normalmente estão presentes. | 28 | 3,8 | 1,88 | 50,1 | 13 | 5,8 | 1,88 | 32,6 | 13 | 3,5 | 1,81 | 52,3 |
| P5. Há transparência nas discussões e no processo de implementação. | 28 | 4,1 | 1,88 | 46,2 | 14 | 6,5 | 1,56 | 24,0 | 14 | 3,6 | 2,10 | 57,7 |
| P6. Os instrumentos de PPs são eficientes, | 27 | 3,5 | 1,78 | 51,1 | 14 | 5,1 | 1,35 | 26,3 | 14 | 3,4 | 1,91 | 55,7 |

eficazes e efetivos.

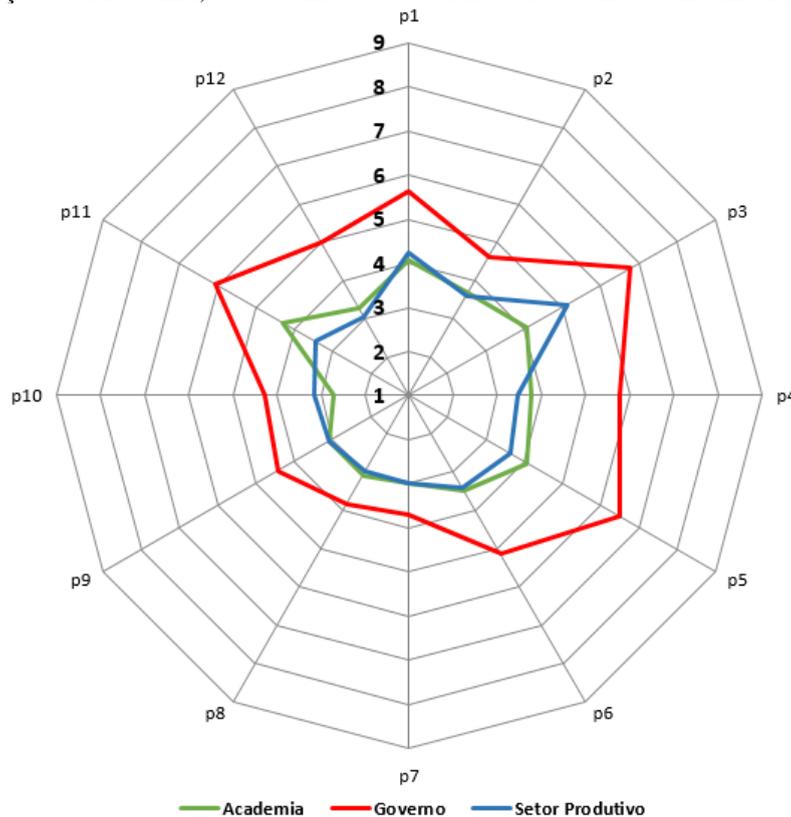
| | | | | | | | | | | | | |
|---|----|-----|------|------|----|-----|------|------|----|-----|------|------|
| P7. Integração entre Planejamento Plurianual e PPs implementadas. | 18 | 3,0 | 1,37 | 45,7 | 10 | 3,7 | 2,00 | 54,1 | 9 | 3,0 | 1,80 | 60,0 |
| P8. Os processos de avaliação na percepção dos impactos das PPs. | 22 | 3,1 | 1,69 | 54,7 | 12 | 3,8 | 1,64 | 42,8 | 12 | 3,0 | 1,60 | 53,3 |
| P9. Os instrumentos de avaliação atuais permitem avaliar a qualidade das PPs. | 20 | 3,1 | 1,68 | 54,2 | 12 | 4,4 | 1,88 | 42,5 | 12 | 3,1 | 1,73 | 56,2 |
| P10. Modelos de prestação de contas satisfatórios. | 11 | 2,7 | 1,62 | 59,3 | 7 | 4,3 | 1,38 | 32,2 | 7 | 3,1 | 1,46 | 46,5 |
| P11. Independência/autonomia na elaboração das PPs. | 20 | 4,3 | 2,23 | 51,9 | 13 | 6,1 | 2,63 | 43,3 | 9 | 3,4 | 1,81 | 52,6 |
| P12. As PPs são eficientes e eficazes. | 27 | 3,3 | 1,94 | 58,8 | 14 | 5,0 | 1,30 | 26,0 | 15 | 3,1 | 1,83 | 59,6 |

Legenda: n = Número de respostas obtidas; x = Média; S = Desvio Padrão; CV(%) = Coeficiente de Variação em percentual; PPs = Políticas Públicas

Na Figura 3 estão representados os níveis de satisfação (percepções) da Academia, do Governo e do Setor Produtivo, com base nas médias obtidas para cada pergunta. As perguntas estão representadas no formato p1, p2, p3... sendo p1 para a pergunta 1 e assim sucessivamente e estão dispostas em sentido horário.

Ainda que, considerando-se apenas as médias, a categoria Academia tenha uma percepção melhor do que a categoria Setor Produtivo, esta diferença não foi significativa, na maioria das questões, como pode ser observado nas linhas que as representam. Estão praticamente sobrepostas.

Figura 3 - Percepções da Academia, do Governo e do Setor Produtivo com base nas médias de cada pergunta.



4.3 ANÁLISE INFERENCIAL (TESTES DE SIGNIFICÂNCIA)

Para comparação dos valores médios das categorias de entrevistados (Tabela 2), foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal Wallis, complementado pelo teste de comparações múltiplas das diferenças mínimas significativas (dms), conforme já mencionado. O nível de significância empregado foi de 95%. Os resultados obtidos constam na Tabela 3. As questões com diferenças significativas foram assinaladas na coluna dos valores de “p” e estes aparecem em negrito.

Tabela 3 – Resultados dos testes Kruskal-Wallis e DMS para comparação das categorias

| Perguntas | Valor- P | Postos médios | | | dms | | |
|--|-------------|---------------|------|------|-----|------|------|
| | | A | G | SP | AxG | AxSP | GxSP |
| P1. Metas, objetivos e resultados esperados de forma clara e objetiva. | 0,053 | 23,0 | 35,1 | 25,1 | | | |
| P2. Divulgação nos meios de comunicação e sites oficiais. | 0,222 | 26,8 | 35,9 | 27,2 | | | |
| P3. Participação efetiva nos processos de formulação, implementação e avaliação. | 0,002 | 23,3 | 42,9 | 31,4 | G>A | | |
| P4. Questões relacionadas à Governança do Setor normalmente estão presentes. | 0,008 | 24,7 | 39,0 | 22,1 | G>A | | G>SP |
| P5. Há transparência nas discussões e no processo de implementação. | 0,001 | 25,1 | 42,7 | 21,1 | G>A | | G>SP |
| P6. Os instrumentos de PPs são eficientes, eficazes e efetivos. | 0,011 | 24,3 | 38,9 | 24,2 | G>A | | G>SP |
| P7. Integração entre Planejamento Plurianual e PPs implementadas. | 0,723 | 18,2 | 21,3 | 18,0 | | | |
| P8. Os processos de avaliação na percepção dos impactos das PPs. | 0,378 | 22,4 | 28,0 | 21,0 | | | |
| P9. Os instrumentos de avaliação atuais permitem avaliar a qualidade das PPs. | 0,126 | 20,1 | 28,8 | 20,2 | | | |
| P10. Modelos de prestação de contas satisfatórios. | 0,132 | 10,5 | 17,5 | 12,4 | | | |
| P11. Independência/autonomia na elaboração das PPs. | 0,050 | 20,0 | 27,9 | 15,6 | | | |
| P12. As PPs são eficientes e eficazes. | 0,010 | 25,7 | 39,6 | 23,2 | G>A | | G>SP |

Legenda: A = Academia; G = Governo; SP = Setor Público; PPs = Políticas Públicas; Maior (>) na tabela significa melhor percepção.

As 5 questões que apontaram diferenças significativas são: P3 – Participação efetiva nos processos de formulação, implementação e avaliação; P4 – Questões relacionadas à Governança do setor; P5 – Há transparência nas discussões e no processo de implementação; P6 – Os instrumentos de políticas públicas são eficientes, eficazes e efetivos e P12 - As PPs são eficientes e eficazes.

Em todas as questões em que se verificam diferenças significativas de percepção, as do Governo são melhores do que as da Academia e as do Governo são melhores do que as percepções do Setor Produtivo. Não há diferenças significativas de percepção entre a Academia e o Setor Produtivo nas questões analisadas.

4.4 SÍNTESE

Em síntese, com base nos resultados evidenciados na Tabela 5 é possível afirmar que:

- há diferenças significativas de percepção entre as categorias em 5 das 12 questões

formuladas;

- as percepções da categoria Governo são, em sua maioria, melhores do que as da categoria Setor Produtivo e Academia;
- as diferenças, estatisticamente significativas, de percepção entre as categorias referem-se aos seguintes temas: a) participação efetiva nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; b) questões relacionadas à Governança do setor; c) transparência nas discussões e no processo de implementação de políticas públicas; d) eficiência, eficácia e efetividade dos instrumentos de políticas públicas e eficiência e eficácia das políticas públicas do Estado do Paraná.
- predominaram na categoria Governo médias entre 4 e 7.
- as percepções dos representantes da categoria Setor Produtivo não são boas se consideradas apenas as médias obtidas para cada questão;
- as percepções dos representantes da categoria academia também não são boas se consideradas as médias obtidas para cada questão;
- o tema 'políticas públicas', em função da incidência de respostas "não sabe, não conhece ou não tem informação a respeito", tende a reforçar a necessidade de maior transparência e divulgação do processo.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÕES

Com base nas percepções dos entrevistados conclui-se que:

- a) Os representantes das categorias Academia e Setor Produtivo demonstram insatisfação tanto no que se refere ao processo propriamente dito (participação efetiva, transparência e divulgação em todas as etapas – formulação, implementação e avaliação/modelos de prestação de contas) quanto em relação à qualidade das políticas públicas vigentes;
- b) Os representantes do Setor Produtivo destacam como pontos negativos, e, portanto, maior insatisfação nas questões relacionadas aos processos e instrumentos de avaliação bem como em relação aos modelos de prestação de contas e à Governança do Setor;
- c) Não há diferenças, estatisticamente significativas, entre as percepções da Academia e do Setor Produtivo, sobre os quesitos avaliados;
- d) Os representantes da categoria Governo apresentam percepções positivas sobre a participação efetiva nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; sobre a transparência nas discussões e no processo de implementação e sobre a independência / autonomia na elaboração das políticas públicas. Em todas estas questões os percentuais para as notas 7, 8 e 9 foram iguais ou superiores a 50%.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Considerando os resultados obtidos, recomenda-se:

- a) a melhoria nos mecanismos de participação da Academia e do Setor Produtivo (e de outros segmentos) no desenvolvimento de políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná. Ainda que possam existir, não estão sendo percebidos pelos representantes da academia e do setor produtivo, ou seja, os mecanismos atuais não estão demonstrando eficácia;
- b) maior divulgação e transparência em relação às metas, aos objetivos, aos resultados esperados e aos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná;
- c) que os processos e os instrumentos de avaliação atualmente utilizados sejam amplamente divulgados/difundidos entre os atores para que os impactos das políticas públicas escolhidas e implementadas possam ser perceptivos;
- d) que os modelos de prestação de contas sejam também disseminados amplamente, tendo em vista que, nas três categorias, Academia, Governo e Setor Produtivo o número de respostas “não sabe, não conhece ou não tem informação” foi significativo;
- e) que em futuras pesquisas sejam avaliados os resultados das políticas públicas para o setor florestal no Estado do Paraná, ou seja, que a eficiência e a eficácia destas possam ser mensuradas de forma mais objetiva, mediante a utilização de metodologias já consolidadas ou ainda que estes estudos possam desenvolver metodologias de avaliação específicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. A., NIVALDO GARCIA, J., CORTEZ-BARBOSA, J., GAVA, M., FRANCISCO SAVI, A., MARTINES MORALES, E. A., ... LUIS CHRISTOFORO, A. Importância da madeira de florestas plantadas para a indústria de manufaturados. *Brazilian Journal of Forest Research/Pesquisa Florestal Brasileira*, v. 37, n. 90, 2017.

ARMOND CARVALHO, R. M. M.; SHIRLEN SOARES, T.; VALVERDE, S. R. Caracterização do setor florestal: uma abordagem comparativa com outros setores da economia. *Ciência Florestal*, v. 15, n. 1, 2005.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE EMPRESAS DE BASE FLORESTAL (APRE). Associados. Disponível em <http://www.apreflorestas.com.br/>. Acesso em: 10.out.2016.

BRYNER, G. C. Organizações públicas e políticas públicas. In: PETERS, G. B.; PIERRE, J (org.). *Administração Pública: coletânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BUCCI, M. P. D. *Direito Administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; KOUCHNER E. *História das ideias políticas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DERLIEN, H-U. Una comparación internacional em la evaluación de las políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, jan.-mar., 2001.

EISFELD, R. de L.; NASCIMENTO, F. A. F. do. *Mapeamento dos Plantios Florestais do Estado do Paraná: Pinus e Eucalyptus*. Curitiba : Instituto de Florestas do Paraná, 2015.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação das Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n. 59., p. 98, Out./2005.

FIALHO, J. T. *As pequenas propriedades rurais e sua inclusão na cadeia produtiva da madeira: uma percepção dos atores florestais paranaenses*. 2007, 280p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *Elaboración de una política forestal eficaz: una guía*. Estudio FAO: Montes, 161, Roma, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Valoración de los bosques: contexto, problemas y directrices*. Roma, 1997. 69 p. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/008/v7395s/v7395s00.htm>. Acesso em 10 mar 2017.

GALICIELLI, R. *Governança florestal: um estudo sobre a percepção dos atores envolvidos na gestão florestal do Estado do Paraná*. 2011, 97 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal do Paraná. Curitiba – Pr.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas públicas de desenvolvimento. In: *Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm, organizadores. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 338p.

_____. *Ética de responsabilidade: sensibilidade e correspondência a promessas e expectativas*

contratadas (comentário). In: Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm, organizadores. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

HOEFLICH, V. A.; SILVA, J. A.; SANTOS, A. J.. Política florestal: conceitos e princípios para a sua formulação e implementação. Documentos 160. Colombo, Pr.: Embrapa Florestas, 2007.

HORA, A. B. Análise da formação da base florestal plantada para fins industriais no Brasil sob uma perspectiva histórica. BNDES Setorial 42, p. 383-426, 2015.

HUSCH, B. Guidelines for forest policy formulation. FAO. Forestry Paper, no 81. Roma. 1987. 88 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Paraná em números. Disponível em http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm. Acesso em 15/01/2020.

MOREIRA, J. M. M. Á. P.; SIMIONI, F. J.; OLIVEIRA, E. B. Importância e desempenho das florestas plantadas no contexto do agronegócio brasileiro. Floresta, v. 47, n. 1, p. 85-94, 2017.

PLANO ESTADUAL DE CULTIVOS FLORESTAIS. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Políticas Públicas: apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Versão para discussão, impresso. Curitiba, jun. 2016.

ROCHA, D.; BACHA, C. J. C. A preocupação das políticas públicas com a sustentabilidade dos recursos florestais em Rondônia. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 38, n. 3, p. 9-40, 2019.

ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. Evaluation: a systematic approach. 7. Ed., Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

SANTANA, L. V. Avaliação de Políticas Públicas Setoriais: o fator retro alimentador na demanda de políticas econômicas pelo setor florestal no Brasil. O complexo papel-celulose. 1999, vol. I-II, 499p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

SANTOS, A. J. dos. Subsídios para a formulação de uma política florestal regionalizada no Estado do Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, v. 16, n.1-2, p. 6-10, jan./fev., 1994.

SCHENINI, P. C. Políticas Públicas. Curitiba: Inst. Federal do Paraná, 2012, 128p.

SCHINDLER, B.; CRAMER, A. L. Shifting Public Values for Forest Management: Making Sense of Wicked Problems. Western Journal of Applied Forestry, vol. 14, nº 1, January, 1999, p. 32.

SILVA, R. C. Políticas Públicas, atores sociais e conhecimento: a gestão sustentável das florestas públicas no Brasil. 2010, 189p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

SILVA, D. M. Análise de políticas públicas referentes ao manejo florestal sustentável e seus enfrentamentos para um mercado mais eficiente. Brazilian Journal of Business, v. 3, n. 1, p. 650-659, 2021.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, 2014, 159p.